

O ESCÂNDALO DO PAINEL: Pefelistas lutam para manter, ao menos, votos de seus senadores favoráveis a Antonio Carlos

Renúncia de ACM é vista como saída pelo PFL

Direito a voto de José Roberto Arruda no Conselho de Ética deve ser contestado por Ramez Tebet ainda hoje

José Augusto Gayoso
e Catia Seabra

• BRASÍLIA. A menos de 48 horas da sessão no Conselho de Ética em que será votado o relatório indicando a abertura de processo de cassação contra Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), a cúpula do PFL está lutando para manter ao menos os votos dos cinco senadores do partido que participam do conselho (o total de votos é 15). A tendência pela aprovação do relatório — que pede ainda a cassação de José Roberto Arruda (sem partido-DF) — é irreversível, calculam os pefelistas em conversas reservadas. A renúncia do senador baiano é uma saída cada vez mais provável, mas a cúpula do partido, oficialmente, vai continuar buscando soluções alternativas até amanhã à noite, quando faz reunião de avaliação.

— O partido vai até o limite do que pode. E o limite é o seu número — disse o vice-presidente da executiva nacional do PFL, José Agripino (RN).

A suspensão temporária do mandato, que poderá ser proposta num voto em separado que pode ser apresentado pelos senadores fiéis a Antonio Carlos (Waldeck Ornélas e Pau-



ANTONIO CARLOS (à esquerda) e Arruda vivem a expectativa da votação do relatório que pede abertura de processo de cassação contra ambos

lo Souto), é uma das alternativas que podem agradar aos cinco pefelistas. Pelo menos dois dos senadores da bancada querem a punição, acham que cassação é uma pena forte demais mas temem, com o voto aberto, a opinião pública.

A cúpula do PFL fará consultas aos demais senadores do conselho, mas não pedirá nada. Serão apenas sondagens para

detectar a tendência antes da reunião fatal. Os pefelistas também aguardam a divulgação da consulta feita pela Mesa Diretora à Advocacia do Senado sobre o momento exato em que pode se considerar aberto o processo de cassação.

Antonio Carlos só considera conversar sobre a hipótese da renúncia se tiver garantias de que haverá tempo de ele sair e

garantir a manutenção de seus direitos políticos, pois pretende se candidatar nas próximas eleições. Depois da sessão de quarta-feira, a Mesa Diretora não vai demorar a devolver o processo ao Conselho de Ética. O senador Carlos Wilson (PPS-PE), primeiro-secretário e provável relator na Mesa, garantiu que dá seu parecer em seguida. O presidente do Senado, Jader Barbalho

(PMDB-PA), disse que vota logo depois. Em 24 horas o processo deverá estar instalado.

Direito a voto de Arruda em conselho pode ser contestado

Assim como Antonio Carlos, o senador José Roberto Arruda manteve poucos contatos no fim de semana. Descansando numa chácara em Goiás, ele está na expectativa de uma

decisão de Antonio Carlos para também decidir. Já hoje Arruda pode se deparar com um problema extra. Embora seja integrante do Conselho de Ética e tenha direito a voto, este pode ser contestado.

O presidente do conselho, Ramez Tebet (PMDB-MS), fez consultas a especialistas para responder a várias questões de ordem apresentadas na última quarta-feira. Uma delas questiona esse direito ao voto. Se Tebet decidir contra Arruda, quem vota é Antero Paes de Barros (PSDB-MT), voto considerado como favorável à cassação dos dois senadores.

Arruda sabe ainda que só pode contar com o seu voto, entre os três possíveis na bancada tucana.

A nova executiva nacional do partido se reúne amanhã e debate o assunto. Depois que o presidente Fernando Henrique disse na convenção do PSDB que os tucanos não devem assumir erros nem de companheiros, o quadro se complicou ainda mais para Arruda.

— Entendo que houve quebra de decoro, mas não sei que tipo de punição será votada — disse o novo presidente da executiva nacional do PSDB, o deputado José Aníbal. ■

Roberto Stuckert Filho/3-5-2001